



MAUÁ-SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÁ - SÃO PAULO

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA I

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Matemática
- ▶ Informática
- ▶ Legislação
- ▶ Conhecimentos Pedagógicos
- ▶ Conhecimentos Específicos

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

**EDITAL DE ABERTURA - CONCURSO
PÚBLICO N° 01/2025**



41
ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO

BÔNUS
ÁREA DO
CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.

- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa**.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✗ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✗ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✗ Questões gabaritadas
- ✗ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>





MAUÁ-SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÁ - SÃO PAULO

Professor de Educação
Básica I

**EDITAL DE ABERTURA - CONCURSO PÚBLICO N°
02/2025**

CÓD: SL- 011JN-26
7908433289159

Língua Portuguesa

| | |
|---|----|
| 1. Compreensão global do texto..... | 9 |
| 2. Identificação de ideias principais e secundárias | 9 |
| 3. Inferências de informações implícitas | 11 |
| 4. Intertextualidade e relações entre textos..... | 13 |
| 5. Tipos e gêneros textuais: texto narrativo, descritivo, dissertativo, injuntivo, argumentativo, técnico-científico, acadêmico e jornalístico; estrutura e características de cada gênero..... | 14 |
| 6. Ortografia e acentuação: regras do Novo Acordo Ortográfico; uso correto de ss, ç, x, ch, s e z; palavras homônimas e parônimas; hifenização | 20 |
| 7. Pontuação: uso correto da vírgula, ponto final, ponto e vírgula, dois-pontos, travessão, aspas, parênteses e reticências | 26 |
| 8. Morfologia: estrutura e formação das palavras (radical, afixos, vogal temática etc.)..... | 28 |
| 9. Classes de palavras – substantivos (tipos e flexões), adjetivos (graus e locuções adjetivas), pronomes (tipos e colocação pronominal), verbos (modos e tempos verbais, regência de verbos, vozes verbais), advérbios, preposições e conjunções..... | 33 |
| 10. Sintaxe e estruturação do período: termos essenciais da oração, termos integrantes e acessórios; sujeito e predicado; transitividade verbal. Períodos e orações: coordenação e subordinação; tipos de orações coordenadas e subordinadas; análise sintática dos períodos simples e composto | 44 |
| 11. Regência verbal e nominal..... | 47 |
| 12. Concordância verbal e nominal | 50 |
| 13. Uso correto da crase | 52 |
| 14. Figuras de linguagem e funções da linguagem: metáfora, metonímia, hipérbole, ironia, eufemismo, antítese, pleonasmo, entre outras | 52 |
| 15. Funções da linguagem (emotiva, referencial, conativa/apelativa, fática, poética e metalinguística) | 55 |
| 16. Estilística e semântica: ambiguidade e polissemia; denotação e conotação; sinônima e antônima | 56 |
| 17. Variação linguística: reconhecimento de variedades regionais, sociais e de registro na língua | 60 |
| 18. Coesão e coerência textual: uso adequado de conectivos e operadores argumentativos; paragrafação e organização lógica do discurso; clareza e concisão na produção textual..... | 61 |

Matemática

| | |
|---|-----|
| 1. Números naturais, inteiros, racionais, irracionais e reais: representação, comparação e ordenação; operações com frações e decimais. Noções e aplicações práticas das operações fundamentais: adição, subtração, multiplicação e divisão | 75 |
| 2. Expressões numéricas..... | 87 |
| 3. Razão, proporção e porcentagem: cálculo de aumentos, descontos e repartições proporcionais; regra de três simples e composta | 88 |
| 4. Cálculo de Mínimo Múltiplo Comum (MMC) e Máximo Divisor Comum (MDC) | 94 |
| 5. Unidades de medida de comprimento, área, volume, massa e tempo: conversões e aplicações em situações cotidianas | 96 |
| 6. Figuras planas e sólidos geométricos: perímetro, área e volume..... | 100 |
| 7. Interpretação de tabelas e gráficos; média, moda e mediana..... | 106 |
| 8. Raciocínio lógico: sequências numéricas, padrões e relações de proporcionalidade..... | 112 |
| 9. Aplicações práticas no cotidiano: consumo, tempo, distância e estimativas..... | 114 |

Informática

| | |
|--|-----|
| 1. Hardware e software: conceitos fundamentais e reconhecimento de componentes de computador..... | 121 |
| 2. Sistema operacional (Windows): operações essenciais como criar, abrir, salvar, copiar e localizar arquivos e pastas..... | 125 |
| 3. Pacote Microsoft Office 2016: uso do Word (editor de textos) para elaboração de documentos; uso do Excel para criação de planilhas simples e construção/leitura de gráficos; uso do PowerPoint para preparar apresentações..... | 147 |
| 4. Internet: navegação na web para pesquisa | 170 |
| 5. Correio eletrônico: utilização de e-mail em contexto institucional (enviar, receber, anexar arquivos, regras de etiqueta) | 174 |
| 6. Segurança da informação: cuidados básicos ao usar a Internet (vírus, malware, phishing)..... | 177 |
| 7. Noções de backup de arquivos | 182 |

Legislação

| | |
|---|-----|
| 1. Constituição da República Federativa do Brasil: Artigos: 37 a 41, 205 a 214, 227 a 229 | 189 |
| 2. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990: Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente; Artigos 53 a 59 e 136 a 137 | 199 |
| 3. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional..... | 201 |
| 4. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015: Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência | 221 |
| 5. Resolução CNE/CP nº 4, de 13 de julho de 2010: Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica | 239 |
| 6. Decreto Nº 12686/2025, alterado pelo Decreto Nº 12773/2025 que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva | 249 |
| 7. Base Nacional Comum Curricular (BNCC) | 253 |
| 8. Indagações sobre currículo | 290 |
| 9. Lei Complementar 220, de 31 de outubro de 2025 que Institui o Sistema Nacional de Educação (SNE) e fixa normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para elaboração e implementação de políticas, de programas e de ações educacionais, em regime de colaboração..... | 295 |
| 10. Lei Complementar nº 36/2019 e seus regulamentos – Institui o Estatuto do Magistério Público Municipal..... | 304 |
| 11. DELIBERAÇÃO/CME Nº 08/2018 – Diretrizes da Educação Especial para a rede municipal de ensino de Mauá..... | 316 |

Conhecimentos Pedagógicos

| | |
|---|-----|
| 1. LIBÂNEO, José Carlos. Didática. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2023 | 325 |
| 2. PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escola pública. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2016 | 327 |
| 3. ALMEIDA, Vera Barros de. Psicologia da educação. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016..... | 328 |
| 4. GARDENAL, Célia. Avaliação da aprendizagem: desafios e possibilidades. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2020 | 330 |
| 5. MORAN, José Manuel; BACICH, Lilian; TREVISANI, Camila (orgs.). Metodologias ativas para uma educação inovadora. Porto Alegre: Penso, 2018..... | 332 |
| 6. VALENTE, José Armando. Metodologias ativas e formação de professores: aprendizagem baseada em problemas. Campinas, SP: Papirus, 2019 | 333 |
| 7. CARR, Wilfred; KEMMIS, Stephen. Educação e prática reflexiva: uma abordagem crítica. 2. ed. Porto: Porto Editora, 2015 | 335 |

Conhecimentos Específicos

Professor de Educação Básica I

| | |
|--|-----|
| 1. Alfabetização e letramento: consciência fonológica, correspondência fonema-grafema, decodificação, fluência de leitura, ampliação de vocabulário, compreensão leitora em diferentes gêneros | 335 |
| 2. Produção de texto e avaliação formativa: gêneros textuais, estratégias de produção escrita, planejamento, escrita e reescrita, mediação docente, portfólios, sondagens, registros de progresso..... | 337 |
| 3. Numeramento e matemática: senso numérico, conceito de número, contagem, agrupamento, base decimal, quatro operações, resolução de problemas simples, raciocínio lógico-matemático inicial..... | 339 |
| 4. Componentes curriculares e objetivos de aprendizagem: campos de experiência, integração de habilidades e prática pedagógica..... | 340 |
| 5. Planejamento e gestão da sala de aula: planos de aula, sequências didáticas, organização do tempo e espaço, estratégias de disciplina positiva, rotina escolar equilibrada, projetos interdisciplinares | 347 |
| 6. Inclusão e práticas baseadas em evidências: identificação de dificuldades de aprendizagem, adaptação curricular simples, recursos de acessibilidade, métodos fônicos, jogos matemáticos, intervenção precoce, colaboração com famílias e especialistas..... | 355 |
| 7. BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil. 2024. Páginas 18 – 41 | 356 |
| 8. BRASIL. Ministério da Educação. Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças. Brasília: MEC/SEB, 2009 | 357 |
| 9. SOARES, Magda. Alfabetização: a questão dos métodos. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016 | 364 |
| 10. SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2014 | 364 |
| 11. GOBBI, Marcia Aparecida; PINAZZA, Mônica Appezzato. Infância e suas linguagens. São Paulo: Cortez, 2014. caps. 2, 4 e 5 | 365 |
| 12. WEISZ, Telma. O diálogo entre o ensino e a aprendizagem. São Paulo: Ática, 2002..... | 367 |
| 13. FERREIRO, Emilia. Reflexões sobre alfabetização. 25. ed., São Paulo: Cortez, 2010 | 367 |
| 14. TEBEROSKY, Ana; COLOMER, Teresa. Aprender a ler e a escrever: uma proposta construtivista. Porto Alegre: Artmed, 2002 | 367 |
| 15. FOCCHI, Paulo. Afinal, o que os Bebês Fazem no Berçário?: Comunicação, Autonomia e SaberFazer de Bebês em um Contexto de Vida Coletiva. Porto Alegre, PENSO, 2015 | 368 |
| 16. MOYSÉS, Maria Aparecida Afonso. A Institucionalização invisível: Crianças que não aprendem na escola. Campinas, Mercado de Letrs – 2001 | 368 |
| 17. RIBEIRO, Bruna (organizadora). Abordagens Participativas na educação infantil: Saberes necessários para nos manter em voo. Editora Passarinho – 2023..... | 369 |
| 18. POIAN, RogérioTadeu. Caminhos para a inclusão: dos direitos humanos na relação educativa. São Paulo-Fontenele publicações – 2025 | 370 |
| 19. FIGUEIREDO, Wilton Nascimento; MORAIS, Aisiane Cedraz; PORTELA, Pollyana Pereira (Orgs.) Primeiros socorros na escola. Editora CRV, 2024..... | 371 |
| 20. BRITES, Luciana. Brincar é fundamental: Como entender o neurodesenvolvimento e resgatar a importância do brincar durante a primeira infância. Editora Gente – 2020..... | 373 |

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO GLOBAL DO TEXTO

Compreender um texto nada mais é do que analisar e decodificar o que de fato está escrito, seja das frases ou de ideias presentes. Além disso, interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade.

A compreensão básica do texto permite o entendimento de todo e qualquer texto ou discurso, com base na ideia transmitida pelo conteúdo. Ademais, compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

A interpretação de texto envolve explorar várias facetas, desde a compreensão básica do que está escrito até as análises mais profundas sobre significados, intenções e contextos culturais. No entanto, Quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se extrair os tópicos frasais presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na compreensão do conteúdo exposto, uma vez que é ali que se estabelecem as relações hierárquicas do pensamento defendido, seja retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se atentar às ideias do autor, o que não implica em ficar preso à superfície do texto, mas é fundamental que não se criem suposições vagas e inespecíficas.

Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. Ademais, a leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamo-nos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente.

Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os tópicos frasais presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo

que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido; retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Concentre-se nas ideias que de fato foram explicitadas pelo autor: os textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Devemos nos ater às ideias do autor, isso não quer dizer que você precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não criemos, à revelia do autor, suposições vagas e inespecíficas.

Ler com atenção é um exercício que deve ser praticado à exaustão, assim como uma técnica, que fará de nós leitores proficientes.

Diferença entre compreensão e interpretação

A compreensão de um texto envolve realizar uma análise objetiva do seu conteúdo para verificar o que está explicitamente escrito nele. Por outro lado, a interpretação vai além, relacionando as ideias do texto com a realidade. Nesse processo, o leitor extrai conclusões subjetivas a partir da leitura.

IDENTIFICAÇÃO DE IDEIAS PRINCIPAIS E SECUNDÁRIAS

CONCEITO DE INFORMAÇÕES PRINCIPAIS E SECUNDÁRIAS

A hierarquização da informação é um processo fundamental na comunicação e na interpretação de textos. Distinguir entre informações principais e secundárias permite ao leitor identificar o cerne do conteúdo e compreender melhor as relações entre os dados apresentados.

► Informações Principais: Definição e Características

As informações principais são aquelas que constituem o núcleo da mensagem. Elas representam as ideias centrais do texto e são essenciais para sua compreensão. Caso sejam omitidas, o entendimento do conteúdo pode ser comprometido.

Características das informações principais:

- **Centralidade:** representam a ideia central do texto ou parágrafo.
- **Autossuficiência:** fazem sentido mesmo quando isoladas.
- **Relevância:** são indispensáveis para a compreensão geral.
- **Objetividade:** costumam ser diretas e explícitas, sem necessidade de deduções extensas.

AMOSTRA

Exemplo prático:

Em uma notícia jornalística, o título e o lead (primeiro parágrafo, que responde às perguntas “o quê?”, “quem?”, “quando?”, “onde?” e “por quê?”) contêm as informações principais.

► Informações Secundárias: Definição e Função

As informações secundárias complementam as informações principais, adicionando detalhes, explicações ou exemplos que enriquecem o entendimento do conteúdo. Elas não são essenciais para a compreensão global, mas ajudam a contextualizar e aprofundar o tema.

Características das informações secundárias:

- **Complementariedade:** expandem ou explicam a informação principal.
- **Contextualização:** fornecem dados adicionais, como causas, consequências e exemplos.
- **Dependência:** geralmente não fazem sentido isoladamente, precisando da informação principal para serem interpretadas corretamente.
- **Flexibilidade:** podem ser omitidas sem comprometer completamente o entendimento.

Exemplo prático:

Ainda no caso de uma notícia jornalística, declarações de especialistas, estatísticas e detalhes históricos são informações secundárias que enriquecem a narrativa, mas não são essenciais para a compreensão do fato principal.

A distinção entre informação principal e secundária é crucial para diversas áreas, como interpretação de textos, produção textual e análise crítica de informações. A hierarquização dessas informações será abordada mais detalhadamente na próxima seção.

ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DA HIERARQUIA DAS INFORMAÇÕES

A hierarquia das informações é um princípio essencial para a clareza e a coerência de qualquer texto. Ela permite que o leitor identifique a relação entre as ideias e compreenda a importância de cada informação dentro de um conteúdo.

Essa organização segue padrões estruturais que podem variar de acordo com o gênero textual e o propósito comunicativo.

► Princípios da Hierarquização da Informação

A organização das informações em um texto segue uma estrutura lógica que ajuda a definir a importância de cada elemento. Três princípios fundamentais orientam essa hierarquização:

- **Progressão temática:** as informações principais são apresentadas primeiro, seguidas de informações secundárias que detalham, explicam ou exemplificam.
- **Coesão e coerência:** a relação entre as ideias deve ser clara, com conectivos adequados para indicar hierarquia e relação entre os elementos do texto.

▪ **Ordenação lógica e estrutural:** em textos argumentativos, por exemplo, a tese aparece primeiro, seguida dos argumentos e da conclusão. Já em textos narrativos, a organização segue a estrutura de introdução, desenvolvimento e desfecho.

► Estratégias para Identificar Informações Principais e Secundárias

Para compreender a hierarquia informacional em um texto, algumas estratégias podem ser utilizadas:

- **Leitura atenta da introdução e dos tópicos iniciais:** as ideias centrais costumam ser apresentadas no começo de parágrafos e textos.
- **Destaque para palavras-chave e marcadores discursivos:** termos como “o mais importante”, “em síntese”, “portanto” e “assim” indicam informações principais. Já expressões como “por exemplo”, “como consequência” e “segundo” introduzem informações secundárias.
- **Identificação da estrutura textual:** gêneros distintos organizam as informações de maneiras diferentes. Em uma dissertação, a tese é a informação principal, enquanto os argumentos e exemplos são secundários. Em textos informativos, os primeiros parágrafos trazem o essencial, e os detalhes aparecem posteriormente.

► Aplicação da Hierarquia Informacional em Diferentes Gêneros Textuais

A hierarquização da informação varia conforme o tipo de texto. Alguns exemplos:

- **Textos jornalísticos:** seguem a pirâmide invertida, na qual as informações principais aparecem primeiro (fatos essenciais), seguidas das secundárias (detalhes, contexto e opiniões).
- **Textos acadêmicos:** apresentam uma estrutura lógica na qual a introdução expõe o tema e a problemática (informações principais), o desenvolvimento traz os argumentos e dados (complementares), e a conclusão retoma os pontos-chave.
- **Textos narrativos:** estruturam-se em introdução, desenvolvimento e desfecho, com a introdução situando o leitor, o desenvolvimento apresentando o conflito (informação central) e o desfecho trazendo o desdobramento.

A correta organização das informações melhora a fluidez da leitura e permite que o texto cumpra sua função comunicativa com eficácia.

IMPORTÂNCIA DA HIERARQUIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA COMPREENSÃO E PRODUÇÃO DE TEXTOS

A capacidade de identificar e estruturar informações principais e secundárias é essencial tanto para a leitura crítica quanto para a produção textual eficiente. A hierarquização adequada melhora a clareza da comunicação, evita ambiguidades e torna o conteúdo mais acessível e organizado.

MATEMÁTICA

NÚMEROS NATURAIS, INTEIROS, RACIONAIS, IRRACIONAIS E REAIS: REPRESENTAÇÃO, COMPARAÇÃO E ORDENAÇÃO; OPERAÇÕES COM FRAÇÕES E DECIMAIS. NOÇÕES E APLICAÇÕES PRÁTICAS DAS OPERAÇÕES FUNDAMENTAIS: ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO E DIVISÃO

O agrupamento de termos ou elementos que associam características semelhantes é denominado conjunto. Quando aplicamos essa ideia à matemática, se os elementos com características semelhantes são números, referimo-nos a esses agrupamentos como conjuntos numéricos.

Em geral, os conjuntos numéricos podem ser representados graficamente ou de maneira extensiva, sendo esta última a forma mais comum ao lidar com operações matemáticas. Na representação extensiva, os números são listados entre chaves {}. Caso o conjunto seja infinito, ou seja, contenha uma quantidade incontável de números, utilizamos reticências após listar alguns exemplos.

Exemplo: $\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$.

Existem cinco conjuntos considerados essenciais, pois são os mais utilizados em problemas e questões durante o estudo da Matemática. Esses conjuntos são os Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais e Reais.

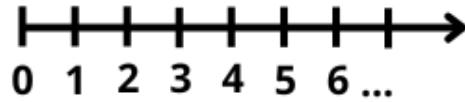
CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS (\mathbb{N})

O conjunto dos números naturais é simbolizado pela letra N e compreende os números utilizados para contar e ordenar. Esse conjunto inclui o zero e todos os números positivos, formando uma sequência infinita.

Em termos matemáticos, os números naturais podem ser definidos como $\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$

O conjunto dos números naturais pode ser dividido em subconjuntos:

- $\mathbb{N}^* = \{1, 2, 3, 4, \dots\}$ ou $\mathbb{N}^* = \mathbb{N} - \{0\}$: conjunto dos números naturais não nulos, ou sem o zero.
- $\mathbb{N}_p = \{0, 2, 4, 6, \dots\}$, em que $n \in \mathbb{N}$: conjunto dos números naturais pares.
- $\mathbb{N}_i = \{1, 3, 5, 7, \dots\}$, em que $n \in \mathbb{N}$: conjunto dos números naturais ímpares.
- $\mathbb{P} = \{2, 3, 5, 7, \dots\}$: conjunto dos números naturais primos.



► Operações com Números Naturais

Praticamente, toda a Matemática é edificada sobre essas duas operações fundamentais: adição e multiplicação.

Adição

A primeira operação essencial da Aritmética tem como objetivo reunir em um único número todas as unidades de dois ou mais números.

Exemplo: $6 + 4 = 10$, onde 6 e 4 são as parcelas e 10 é a soma ou o total.

Subtração

É utilizada quando precisamos retirar uma quantidade de outra; é a operação inversa da adição. A subtração é válida apenas nos números naturais quando subtraímos o maior número do menor, ou seja, quando $a - b$ tal que $a \geq b$.

Exemplo: $200 - 193 = 7$, onde 200 é o Minuendo, o 193 Subtraendo e 7 a diferença.

Obs.: o minuendo também é conhecido como aditivo e o subtraendo como subtrativo.

Multiplicação

É a operação que visa adicionar o primeiro número, denominado multiplicando ou parcela, tantas vezes quantas são as unidades do segundo número, chamado multiplicador.

Exemplo: $3 \times 5 = 15$, onde 3 e 5 são os fatores e o 15 produto.

3 vezes 5 é somar o número 3 cinco vezes:

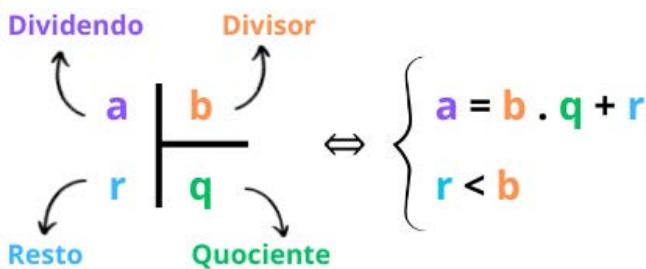
$$3 \times 5 = 3 + 3 + 3 + 3 + 3 = 15.$$

Podemos no lugar do “x” (vezes) utilizar o ponto “.”, para indicar a multiplicação.

Divisão

Dados dois números naturais, às vezes precisamos saber quantas vezes o segundo está contido no primeiro. O primeiro número, que é o maior, é chamado de dividendo, e o outro número, que é menor, é o divisor. O resultado da divisão é chamado de quociente. Se multiplicarmos o divisor pelo quociente e somarmos o resto, obtemos o dividendo.

No conjunto dos números naturais, a divisão não é fechada, pois nem sempre é possível dividir um número natural por outro número natural de forma exata. Quando a divisão não é exata, temos um resto diferente de zero.



Princípios fundamentais da divisão de números naturais:

- Em uma divisão exata de números naturais, o divisor deve ser menor do que o dividendo. Exemplo: $45 : 9 = 5$
- Em uma divisão exata de números naturais, o dividendo é o produto do divisor pelo quociente. Exemplo: $45 = 5 \times 9$
- A divisão de um número natural n por zero não é possível, pois, se admitíssemos que o quociente fosse q , então poderíamos escrever: $n \div 0 = q$ e isto significaria que: $n = 0 \times q = 0$ o que não é correto! Assim, a divisão de n por 0 não tem sentido ou ainda é dita impossível.

Propriedades da Adição e da Multiplicação de Naturais

Para todo a, b e c em \mathbb{N}

- Associativa da adição:** $(a + b) + c = a + (b + c)$
- Comutativa da adição:** $a + b = b + a$
- Elemento neutro da adição:** $a + 0 = a$
- Associativa da multiplicação:** $(a \cdot b) \cdot c = a \cdot (b \cdot c)$
- Comutativa da multiplicação:** $a \cdot b = b \cdot a$
- Elemento neutro da multiplicação:** $a \cdot 1 = a$
- Distributiva da multiplicação relativamente à adição:** $a \cdot (b + c) = ab + ac$
- Distributiva da multiplicação relativamente à subtração:** $a \cdot (b - c) = ab - ac$
- Fechamento:** tanto a adição como a multiplicação de um número natural por outro número natural, continua como resultado um número natural.

Exemplo 1: Em uma gráfica, a máquina utilizada para imprimir certo tipo de calendário está com defeito, e, após imprimir 5 calendários perfeitos (P), o próximo sai com defeito (D), conforme mostra o esquema. Considerando que, ao se imprimir um lote com 5 000 calendários, os cinco primeiros saíram perfeitos e o sexto saiu com defeito e que essa mesma sequência se manteve durante toda a impressão do lote, é correto dizer que o número de calendários perfeitos desse lote foi

- (A) 3 642.
(B) 3 828.
(C) 4 093.
(D) 4 167.
(E) 4 256.

Resolução:

Vamos dividir 5000 pela sequência repetida (6):

$$5000 / 6 = 833 + \text{resto } 2.$$

Isto significa que saíram 833. $5 = 4165$ calendários perfeitos, mais 2 calendários perfeitos que restaram na conta de divisão.

Assim, são 4167 calendários perfeitos.

Resposta: D.

Exemplo 2: João e Maria disputaram a prefeitura de uma determinada cidade que possui apenas duas zonas eleitorais. Ao final da sua apuração o Tribunal Regional Eleitoral divulgou a seguinte tabela com os resultados da eleição. A quantidade de eleitores desta cidade é:

| | 1 ^a Zona Eleitoral | 2 ^a Zona Eleitoral |
|------------|-------------------------------|-------------------------------|
| João | 1750 | 2245 |
| Maria | 850 | 2320 |
| Nulos | 150 | 217 |
| Brancos | 18 | 25 |
| Abstenções | 183 | 175 |

- (A) 3995
(B) 7165
(C) 7532
(D) 7575
(E) 7933

Resolução:

Vamos somar a 1^a Zona: $1750 + 850 + 150 + 18 + 183 = 2951$

2^a Zona: $2245 + 2320 + 217 + 25 + 175 = 4982$

Somando os dois: $2951 + 4982 = 7933$

Resposta: E.

Exemplo 3: Uma escola organizou um concurso de redação com a participação de 450 alunos. Cada aluno que participou recebeu um lápis e uma caneta. Sabendo que cada caixa de lápis contém 30 unidades e cada caixa de canetas contém 25 unidades, quantas caixas de lápis e de canetas foram necessárias para atender todos os alunos?

- (A) 15 caixas de lápis e 18 caixas de canetas.
(B) 16 caixas de lápis e 18 caixas de canetas.
(C) 15 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.
(D) 16 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.
(E) 17 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.

Resolução:

Número de lápis: 450. Dividindo pelo número de lápis por caixa: $450 \div 30 = 15$

Número de canetas: 450. Dividindo pelo número de canetas por caixa: $450 \div 25 = 18$.

Resposta: A.

Exemplo 4. Em uma sala de aula com 32 alunos, todos participaram de uma brincadeira em que formaram grupos de 6 pessoas. No final, sobrou uma quantidade de alunos que não conseguiram formar um grupo completo. Quantos alunos ficaram sem grupo completo?

INFORMÁTICA

HARDWARE E SOFTWARE: CONCEITOS FUNDAMENTAIS E RECONHECIMENTO DE COMPONENTES DE COMPUTADOR

Hardware

O hardware são as partes físicas de um computador. Isso inclui a Unidade Central de Processamento (CPU), unidades de armazenamento, placas mãe, placas de vídeo, memória, etc.. Outras partes extras chamados componentes ou dispositivos periféricos incluem o mouse, impressoras, modems, scanners, câmeras, etc.

Para que todos esses componentes sejam usados apropriadamente dentro de um computador, é necessário que a funcionalidade de cada um dos componentes seja traduzida para algo prático. Surge então a função do sistema operacional, que faz o intermédio desses componentes até sua função final, como, por exemplo, processar os cálculos na CPU que resultam em uma imagem no monitor, processar os sons de um arquivo MP3 e mandar para a placa de som do seu computador, etc. Dentro do sistema operacional você ainda terá os programas, que dão funcionalidades diferentes ao computador.

Gabinete

Também conhecido como torre ou caixa, é a estrutura que abriga os componentes principais de um computador, como a placa-mãe, processador, memória RAM, e outros dispositivos internos. Serve para proteger e organizar esses componentes, além de facilitar a ventilação.



Gabinete

Processador ou CPU (Unidade de Processamento Central)

É o cérebro de um computador. É a base sobre a qual é construída a estrutura de um computador. Uma CPU funciona, basicamente, como uma calculadora. Os programas enviam cálculos para o CPU, que tem um sistema próprio de “fila” para fazer os cálculos mais importantes primeiro, e separar também os cálculos entre os núcleos de um computador. O resultado desses cálculos é traduzido em uma ação concreta, como por exemplo, aplicar uma edição em uma imagem, escrever um texto e as letras aparecerem no monitor do PC, etc. A velocidade de um processador está relacionada à velocidade com que a CPU é capaz de fazer os cálculos.



CPU

Cooler

Quando cada parte de um computador realiza uma tarefa, elas usam eletricidade. Essa eletricidade usada tem como uma consequência a geração de calor, que deve ser dissipado para que o computador continue funcionando sem problemas e sem engasgos no desempenho. Os coolers e ventoinhas são responsáveis por promover uma circulação de ar dentro da case do CPU. Essa circulação de ar provoca uma troca de temperatura entre o processador e o ar que ali está passando. Essa troca de temperatura provoca o resfriamento dos componentes do computador, mantendo seu funcionamento intacto e prolongando a vida útil das peças.

AMOSTRA



Cooler



Fonte

Placa-mãe

Se o CPU é o cérebro de um computador, a placa-mãe é o esqueleto. A placa mãe é responsável por organizar a distribuição dos cálculos para o CPU, conectando todos os outros componentes externos e internos ao processador. Ela também é responsável por enviar os resultados dos cálculos para seus devidos destinos. Uma placa mãe pode ser on-board, ou seja, com componentes como placas de som e placas de vídeo fazendo parte da própria placa mãe, ou off-board, com todos os componentes sendo conectados a ela.



Placa-mãe

Fonte

A fonte de alimentação é o componente que fornece energia elétrica para o computador. Ela converte a corrente alternada (AC) da tomada em corrente contínua (DC) que pode ser usada pelos componentes internos do computador.

Placas de vídeo

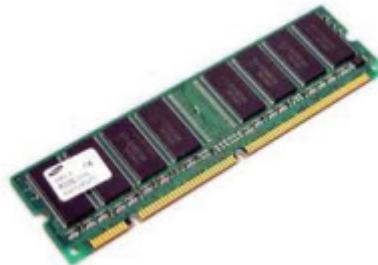
São dispositivos responsáveis por renderizar as imagens para serem exibidas no monitor. Elas processam dados gráficos e os convertem em sinais visuais, sendo essenciais para jogos, edição de vídeo e outras aplicações gráficas intensivas.



Placa de vídeo

Memória RAM

Random Access Memory ou Memória de Acesso Randômico é uma memória volátil e rápida que armazena temporariamente os dados dos programas que estão em execução no computador. Ela perde o conteúdo quando o computador é desligado.



Memória RAM

LEGISLAÇÃO

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL: ARTIGOS: 37 A 41, 205 A 214, 227 A 229

DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

► Disposições gerais e servidores públicos

A expressão Administração Pública em sentido objetivo traduz a ideia de atividade, tarefa, ação ou função de atendimento ao interesse coletivo. Já em sentido subjetivo, indica o universo dos órgãos e pessoas que desempenham função pública.

Conjugando os dois sentidos, pode-se conceituar a Administração Pública como sendo o conjunto de pessoas e órgãos que desempenham uma função de atendimento ao interesse público, ou seja, que estão a serviço da coletividade.

► Princípios da Administração Pública

Nos termos do caput do Artigo 37 da CF, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

As provas de Direito Constitucional exigem com frequência a memorização de tais princípios. Assim, para facilitar essa memorização, já é de praxe valer-se da clássica expressão mnemônica “LIMPE”. Observe o quadro abaixo:

| Princípios da Administração Pública | |
|-------------------------------------|----------------|
| L | Legalidade |
| I | Impessoalidade |
| M | Moralidade |
| P | Publicidade |
| E | Eficiência |
| LIMPE | |

Passemos ao conceito de cada um deles:

Princípio da Legalidade:

De acordo com este princípio, o administrador não pode agir ou deixar de agir, senão de acordo com a lei, na forma determinada. O quadro abaixo demonstra suas divisões.

| Princípio da Legalidade | |
|------------------------------------|---|
| Em relação à Administração Pública | A Administração Pública somente pode fazer o que a lei permite → Princípio da Estrita Legalidade |
| Em relação ao Particular | O Particular pode fazer tudo que a lei não proíbe |

Princípio da Impessoalidade:

Em decorrência deste princípio, a Administração Pública deve servir a todos, sem preferências ou aversões pessoais ou partidárias, não podendo atuar com vistas a beneficiar ou prejudicar determinadas pessoas, uma vez que o fundamento para o exercício de sua função é sempre o interesse público.

Princípio da Moralidade:

Tal princípio caracteriza-se por exigir do administrador público um comportamento ético de conduta, ligando-se aos conceitos de probidade, honestidade, lealdade, decoro e boa-fé.

A moralidade se extrai do senso geral da coletividade representada e não se confunde com a moralidade íntima do administrador (moral comum) e sim com a profissional (ética profissional).

O Artigo 37, §4º da CF elenca as consequências possíveis, devido a atos de improbidade administrativa:

► Sanções ao cometimento de atos de improbidade administrativa

- Suspensão dos direitos políticos (responsabilidade política)
- Perda da função pública (responsabilidade disciplinar)
- Indisponibilidade dos bens (responsabilidade patrimonial)
- Ressarcimento ao erário (responsabilidade patrimonial)

Princípio da Publicidade:

O princípio da publicidade determina que a Administração Pública tem a obrigação de dar ampla divulgação dos atos que pratica, salvo a hipótese de sigilo necessário.

A publicidade é a condição de eficácia do ato administrativo e tem por finalidade propiciar seu conhecimento pelo cidadão e possibilitar o controle por todos os interessados.

Princípio da Eficiência:

Segundo o princípio da eficiência, a atividade administrativa deve ser exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional, evitando atuações amadorísticas.

Este princípio impõe à Administração Pública o dever de agir com eficiência real e concreta, aplicando, em cada caso concreto, a medida, dentre as previstas e autorizadas em lei, que mais satisfaça o interesse público com o menor ônus possível (dever jurídico de boa administração).

Em decorrência disso, a administração pública está obrigada a desenvolver mecanismos capazes de propiciar os melhores resultados possíveis para os administrados. Portanto, a Administração Pública será considerada eficiente sempre que o melhor resultado for atingido.

Disposições Gerais na Administração Pública:

O esquema abaixo sintetiza a definição de Administração Pública:

| Administração Pública | |
|--|--|
| Direta | Indireta |
| Federal Estadual Distrital Municipal | Autarquias (podem ser qualificadas como agências reguladoras) Fundações (autarquias e fundações podem ser qualificadas como agências executivas) Sociedades de economia mista Empresas públicas |
| Entes Cooperados | |
| Não integram a Administração Pública, mas prestam serviços de interesse público. Exemplos: SESI, SENAC, SENAI, ONG's | |

As disposições gerais sobre a Administração Pública estão elencadas nos Artigos 37 e 38 da CF. Vejamos:

CAPÍTULO VII DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

III - o prazo de validade do concurso público será de até dois

anos, prorrogável uma vez, por igual período;

IV - durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira;

V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam - se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VI - é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;

VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VIII - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;(Vide Emenda constitucional nº 106, de 2020)

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o §4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)(Regulamento)

XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando - se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

XII - os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

XIII - é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

LIBÂNEO, JOSÉ CARLOS. DIDÁTICA. 3. ED. SÃO PAULO: CORTEZ, 2023

TRAJETÓRIA DE JOSÉ CARLOS LIBÂNEO

José Carlos Libâneo é um dos nomes mais relevantes da pedagogia contemporânea no Brasil, especialmente no campo da didática e da formação de professores. Sua trajetória se constrói a partir de uma sólida formação acadêmica e de um engajamento constante com os desafios da educação brasileira.

► Formação acadêmica e início de carreira

Libâneo graduou-se em Filosofia, o que lhe proporcionou uma base sólida para a reflexão sobre o papel da educação na formação humana. Posteriormente, aprofundou seus estudos em pedagogia e fez pós-graduação na área de educação, voltando-se de forma especial para o estudo da didática. Sua formação foi marcada por uma busca constante de fundamentação teórica que dialogasse com a prática escolar.

► Atuação profissional e acadêmica

Ao longo de sua carreira, Libâneo atuou como professor da educação básica e, mais tarde, como docente no ensino superior. Lecionou em diversas universidades brasileiras, dedicando-se à formação inicial e continuada de professores. Além do ensino, também trabalhou na elaboração de programas de formação docente e em consultorias educacionais, sempre com foco na melhoria da prática pedagógica.

► Influências teóricas e linha de pensamento

O pensamento de Libâneo é influenciado por correntes pedagógicas críticas e humanistas. Ele defende uma abordagem em que o ensino não é apenas transmissão de conteúdos, mas também um processo formativo que envolve a construção do pensamento crítico. Suas ideias dialogam com autores como Paulo Freire, Lev Vygotsky e outros teóricos que valorizam o papel ativo do aluno no processo de aprendizagem.

► Contribuições para a educação brasileira

Libâneo foi e continua sendo um autor de referência para estudantes de licenciatura e profissionais da educação. Sua obra mais conhecida, *Didática*, tornou-se leitura obrigatória em muitos cursos de pedagogia. Por meio dela e de outros livros, ele oferece subsídios teóricos e práticos para que professores planejem, executem e avaliem o ensino de forma consciente e eficaz.

► Reconhecimento e legado

Ao longo de sua trajetória, Libâneo recebeu reconhecimento acadêmico e profissional por suas contribuições ao campo educacional. Seu legado está presente tanto na bibliografia pedagógica quanto nas práticas de sala de aula de inúmeros professores que adotam seus princípios como guia.

CONCEITO DE DIDÁTICA SEGUNDO JOSÉ CARLOS LIBÂNEO

José Carlos Libâneo entende a didática como o campo de estudo da pedagogia que investiga, fundamenta e orienta o processo de ensino de forma sistemática. Para ele, a didática é, ao mesmo tempo, uma ciência e uma prática, pois articula reflexões teóricas sobre como ensinar e diretrizes concretas para organizar o ensino na sala de aula.

► Definição e função

Na perspectiva de Libâneo, a didática é responsável por compreender as condições que tornam o ensino eficaz e significativo. Ela fornece os princípios, métodos e procedimentos que orientam o professor na tarefa de facilitar a aprendizagem. Não se trata apenas de um conjunto de técnicas, mas de um saber pedagógico que integra teoria e prática.

► Relação entre teoria e prática

Um ponto central no pensamento de Libâneo é que a didática não deve ser reduzida a um manual de métodos prontos, mas sim a um conjunto de orientações fundamentadas teoricamente e adaptáveis às necessidades dos alunos e do contexto escolar. A teoria orienta a prática, e a prática, por sua vez, alimenta novas reflexões teóricas. Essa interdependência é essencial para que o ensino seja mais do que repetição mecânica de conteúdos.

► Papel do professor

Segundo Libâneo, o professor é o mediador do processo de ensino-aprendizagem. Ele não é mero transmissor de informações, mas um organizador do conhecimento, alguém que cria condições para que o aluno participe ativamente da construção do saber. Isso exige planejamento cuidadoso, escolha adequada de estratégias e acompanhamento constante do progresso dos estudantes.

► Objetivo da didática

O objetivo principal da didática, segundo Libâneo, é promover uma aprendizagem que seja, ao mesmo tempo, eficaz na aquisição de conteúdos e significativa para a formação integral do aluno. Isso significa considerar não só o domínio cognitivo, mas também aspectos afetivos, sociais e éticos do desenvolvimento humano.

AMOSTRA

► Abrangência

A didática, para Libâneo, não se limita ao trabalho em sala de aula. Ela envolve todo o contexto do processo educativo: o planejamento curricular, a escolha e uso de materiais, a avaliação, a relação entre escola e comunidade e a formação permanente dos professores. É, portanto, um campo dinâmico e abrangente, que se renova de acordo com as demandas sociais e educacionais.

PRINCIPAIS OBRAS E IDEIAS CENTRAIS DE JOSÉ CARLOS LIBÂNEO

José Carlos Libâneo construiu uma produção bibliográfica consistente e amplamente utilizada na formação de professores no Brasil. Sua escrita busca unir fundamentação teórica sólida com aplicabilidade prática, permitindo que seus textos sejam acessíveis e, ao mesmo tempo, academicamente rigorosos.

► Obras de destaque

Entre seus livros mais conhecidos, podemos citar:

- **Didática:** Considerada sua obra mais emblemática, amplamente utilizada em cursos de licenciatura. Apresenta fundamentos teóricos da didática, orientações metodológicas e reflexões sobre o papel do professor.
- **Organização e gestão da escola: teoria e prática:** Discute a estrutura e funcionamento das instituições escolares, com foco na gestão democrática e na participação coletiva.
- **Educação escolar: políticas, estrutura e organização:** Analisa o sistema educacional brasileiro e seus desafios, articulando questões estruturais e de política pública.
- **Pedagogia e pedagogos, para quê?:** Reflete sobre a função social da pedagogia e o papel do pedagogo na contemporaneidade.
- **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos:** Apresenta a proposta pedagógica que busca unir formação cultural ampla com compromisso social.

► Ideias centrais presentes na obra

Articulação entre teoria e prática:

Libâneo defende que o trabalho docente precisa se basear em sólida fundamentação teórica, mas sempre em diálogo com a realidade concreta da sala de aula.

Pedagogia crítico-social dos conteúdos:

Sua proposta pedagógica busca promover uma formação integral, unindo a transmissão sistematizada de conteúdos à formação crítica e cidadã dos alunos.

Professor como mediador:

O papel do professor não se reduz à exposição de conteúdos. Ele é um organizador do conhecimento, alguém que planeja, orienta, avalia e acompanha o processo de aprendizagem.

Didática como ciência e prática:

A didática, para Libâneo, é um campo de conhecimento que investiga e orienta o ensino, mas que só ganha sentido quando aplicada de forma consciente e contextualizada.

Formação continuada:

A prática docente precisa estar em constante aperfeiçoamento, com os professores se atualizando em relação a novas metodologias, tecnologias e demandas sociais.

Compromisso social da educação:

A escola deve assumir um papel ativo na construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva, e isso se reflete nas escolhas pedagógicas do professor.

► Impacto e recepção

Os livros de Libâneo são adotados por universidades e cursos de formação docente em todo o país. Sua linguagem clara, aliada ao embasamento teórico consistente, contribui para que professores em formação ou já atuantes possam aprimorar sua prática.

Além disso, suas ideias influenciam políticas públicas de educação e debates acadêmicos sobre o ensino no Brasil.

APLICAÇÕES DA DIDÁTICA DE JOSÉ CARLOS LIBÂNEO NA PRÁTICA EDUCATIVA

A didática proposta por José Carlos Libâneo tem como essência a integração entre teoria e prática, sempre com foco na formação integral do aluno e na valorização do papel mediador do professor. Suas ideias não se limitam à reflexão teórica: elas se desdobram em orientações concretas para o trabalho em sala de aula e para a organização do processo educativo.

Planejamento pedagógico consciente:

Libâneo enfatiza que o planejamento é a base do trabalho docente. Ele não deve ser um documento meramente burocrático, mas um guia real para a ação do professor. Isso envolve:

- Definição clara de objetivos de aprendizagem.
- Seleção criteriosa dos conteúdos, levando em conta sua relevância social e formativa.
- Organização sequencial e progressiva dos temas.
- Flexibilidade para ajustar o plano conforme as necessidades dos alunos.

Seleção e organização dos conteúdos:

Para Libâneo, a escolha dos conteúdos deve considerar tanto seu valor cultural quanto sua função no desenvolvimento do pensamento crítico dos estudantes. Não se trata apenas de repassar informações, mas de ajudar o aluno a compreender e relacionar conhecimentos.

Estratégias e métodos de ensino:

A didática libaniana valoriza o uso de métodos diversificados, adequados ao perfil da turma e aos objetivos da aula. Entre as estratégias sugeridas estão:

- Aulas expositivas dialogadas, que incentivem a participação.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA, CORRESPONDÊNCIA FONEMA-GRAFEMA, DECODIFICAÇÃO, FLUÊNCIA DE LEITURA, AMPLIAÇÃO DE VOCABULÁRIO, COMPREENSÃO LEITORA EM DIFERENTES GÊNEROS

A IMPORTÂNCIA DA ALFABETIZAÇÃO E DO LETRAMENTO NO CONTEXTO EDUCACIONAL

A alfabetização e o letramento são dois eixos centrais do processo educacional nos anos iniciais da escolarização. Embora muitas vezes usados como sinônimos, esses conceitos possuem significados distintos e complementares. A alfabetização diz respeito ao processo de aprendizagem do sistema de escrita alfabetica, ou seja, à capacidade de codificar (escrever) e decodificar (ler) palavras por meio do conhecimento das relações entre sons e letras. Já o letramento refere-se ao uso social da leitura e da escrita, englobando a compreensão de textos e a inserção do sujeito nas práticas sociais mediadas pela linguagem escrita.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em sua versão atual, estabelece como objetivo fundamental da etapa da alfabetização garantir que todas as crianças estejam alfabetizadas ao final do 2º ano do Ensino Fundamental. Para tanto, é necessário que a escola desenvolva uma proposta pedagógica que contemple tanto o ensino sistemático da língua escrita quanto o envolvimento dos alunos em práticas significativas de leitura e produção de textos.

Nos concursos públicos voltados para a área da educação, especialmente em editais de Secretarias Municipais e Estaduais de Educação, temas como consciência fonológica, correspondência fonema-grafema, decodificação, fluência de leitura, vocabulário e compreensão leitora são amplamente cobrados. Por isso, o candidato precisa dominar não só as definições desses conceitos, mas também compreender como eles se articulam no processo de alfabetização com letramento, além de conhecer práticas pedagógicas coerentes com as diretrizes curriculares nacionais.

Este material tem como objetivo oferecer um panorama completo sobre esses aspectos essenciais da alfabetização, com base em pesquisas atuais, legislação educacional e documentos orientadores, como a BNCC e os Referenciais Curriculares dos estados e municípios.

CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA: A BASE PARA A APRENDIZAGEM DA LEITURA E DA ESCRITA

A consciência fonológica é a habilidade de refletir sobre os sons da fala e manipulá-los de forma intencional. É considerada um dos principais preditores da aprendizagem da leitura, especialmente em sistemas de escrita alfabetica, como o português. Crianças que desenvolvem boas habilidades fonológicas têm mais facilidade em aprender a ler e escrever.

Essa consciência é dividida em níveis. O primeiro é a consciência de palavras e sílabas: a criança percebe que frases são compostas por palavras e que palavras podem ser segmentadas em sílabas. Em seguida, desenvolve-se a consciência fonêmica, que é a habilidade mais refinada e envolve o reconhecimento de fonemas – as menores unidades sonoras da fala.

Habilidades fonológicas incluem:

- **Segmentação silábica:** identificar e contar as sílabas de uma palavra.
- **Rima e aliteração:** perceber semelhanças entre sons no início ou fim das palavras.
- **Manipulação fonêmica:** trocar, suprimir ou adicionar fonemas em palavras.
- **Isolamento de fonemas:** identificar o primeiro ou último som de uma palavra.

Por exemplo, ao perguntar a uma criança qual é o som inicial da palavra “foca”, espera-se que ela identifique o fonema /f/. Em outro exercício, ao solicitar que ela diga o que acontece ao retirar o som /p/ da palavra “prato”, espera-se que reconheça a palavra “rato”.

Essas habilidades são desenvolvidas por meio de atividades lúdicas e sistemáticas. É importante que o trabalho com consciência fonológica anteceda e acompanhe o processo de alfabetização, pois ela constitui a base sobre a qual a correspondência entre sons e letras será estabelecida.

A consciência fonológica desempenha um papel crucial no desenvolvimento da alfabetização, fornecendo uma base sólida para a compreensão da linguagem escrita. Essa habilidade envolve a consciência e a capacidade de discernir e manipular os sons individuais (fonemas), sílabas e partes das palavras.

Uma das razões pelas quais a consciência fonológica é tão importante na alfabetização, é sua relação direta com a decodificação de palavras durante a leitura. Ao compreender a relação entre os sons da fala e as letras escritas, as crianças podem segmentar as palavras em unidades sonoras (fonemas) e usar esse conhecimento para decifrar novas palavras. Por exemplo, ao

AMOSTRA

compreender que a palavra “gato” é composta pelos sons /g/, /a/, /t/ e que cada um desses sons corresponde a uma letra, a criança pode ler a palavra corretamente.

Além disso, a consciência fonológica também desempenha um papel importante na codificação de palavras durante a escrita. Ao compreender como os sons da fala são representados por letras e combinações de letras, as crianças podem usar esse conhecimento para soletrar palavras corretamente. Elas podem segmentar os sons das palavras e escolher as letras correspondentes para escrever as palavras de forma precisa.

A consciência fonológica também está intimamente ligada à compreensão da estrutura da língua. Ao desenvolver habilidades de consciência fonológica, as crianças aprendem a identificar padrões fonéticos, compreender a estrutura das sílabas e manipular sons dentro das palavras. Isso não apenas facilita a aprendizagem da leitura e escrita, mas também promove uma compreensão mais ampla da linguagem oral e escrita.

Outro aspecto importante é que a consciência fonológica ajuda as crianças a prever palavras e compreender textos durante a leitura. Quando elas têm uma forte consciência fonológica, são capazes de prever palavras com base em pistas sonoras e contextuais. Isso facilita a fluência na leitura e a compreensão do texto, uma vez que as crianças podem usar seu conhecimento fonológico para antecipar palavras e construir significado a partir do texto.

Além disso, a consciência fonológica é crucial para o desenvolvimento das habilidades de escrita. Quando as crianças são capazes de segmentar os sons das palavras e identificar os fonemas individuais, podem usar esse conhecimento para soletrar palavras corretamente e produzir textos escritos mais precisos e fluentes.

Portanto, a consciência fonológica é uma habilidade essencial no processo de alfabetização, proporcionando às crianças as ferramentas necessárias para decodificar e codificar palavras, compreender a estrutura da língua e desenvolver habilidades de leitura e escrita proficientes. É fundamental que os educadores incluam atividades de consciência fonológica em seus programas de alfabetização para apoiar o desenvolvimento linguístico e cognitivo das crianças.

Entender a perspectiva infantil durante a fase da alfabetização é uma abordagem essencial para promover um ambiente de aprendizado eficaz e engajador. Durante esse período crucial, as crianças estão imersas em um mundo de descobertas e desafios, e sua visão única do processo de alfabetização deve ser considerada para garantir uma educação significativa e centrada no aluno.

As crianças são naturalmente curiosas e têm uma sede inata de explorar o mundo ao seu redor. Durante a fase da alfabetização, essa curiosidade se estende à linguagem escrita, e elas estão ansiosas para desvendar o código que lhes permitirá ler e escrever. Os educadores podem aproveitar essa curiosidade natural, fornecendo materiais de leitura e escrita interessantes e envolventes que despertem o interesse das crianças.

Para as crianças, a aprendizagem é uma experiência ativa e prática. Elas aprendem melhor quando estão envolvidas em atividades significativas que lhes permitem experimentar e explorar conceitos de forma concreta. Durante a fase da alfabetização, os educadores devem oferecer oportunidades para que as crianças

manipulem letras, experimentem diferentes formas de escrita e participem de jogos e atividades interativas que promovam o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita.

Cada criança é única, com diferentes experiências, interesses e habilidades. Portanto, é importante reconhecer e valorizar a individualidade de cada aluno durante o processo de alfabetização. Os educadores devem oferecer oportunidades para que as crianças explorem a linguagem escrita de maneiras que sejam significativas e relevantes para elas, adaptando suas práticas de ensino para atender às necessidades específicas de cada criança.

À medida que as crianças progredem na alfabetização, é importante promover sua autonomia e senso de empoderamento. Isso significa incentivar a tomada de decisões e a autodireção na aprendizagem, permitindo que as crianças escolham materiais de leitura e escrita que sejam do seu interesse, definam metas de aprendizagem pessoais e assumam a responsabilidade por seu próprio progresso.

Além de promover o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita, a alfabetização também desempenha um papel crucial no desenvolvimento socioemocional das crianças. Durante a fase da alfabetização, os educadores devem fornecer um ambiente de apoio e incentivo que promova a autoestima, a confiança e o bem-estar emocional das crianças, ajudando-as a desenvolver uma relação positiva com a linguagem escrita e a aprendizagem em geral.

Em resumo, compreender a perspectiva infantil durante a fase da alfabetização é fundamental para criar experiências de aprendizado significativas e eficazes que promovam o desenvolvimento integral das crianças. Ao reconhecer e valorizar a curiosidade, a individualidade, a autonomia e o desenvolvimento socioemocional das crianças, os educadores podem ajudá-las a se tornarem leitores e escritores confiantes e competentes.

CORRESPONDÊNCIA FONEMA-GRAFEMA E DECODIFICAÇÃO: PROCESSOS ESSENCIAIS NA ALFABETIZAÇÃO

No processo de alfabetização, a correspondência fonema-grafema é o elo que liga a linguagem oral à escrita. Essa correspondência diz respeito à relação entre os fonemas (sons) da fala e os grafemas (letras ou grupos de letras) usados para representá-los na escrita. No português, essa relação é relativamente regular, mas não totalmente transparente, o que exige ensino sistemático e explícito.

Por exemplo, o fonema /s/ pode ser representado por diversas grafias: “s” (sapato), “ss” (passeio), “c” (cinto), “ç” (coração), “sc” (crescer). Da mesma forma, um mesmo grafema pode representar sons distintos, como o “x” em “exame”, “enxada” e “táxi”. Isso implica que o aprendizado da decodificação exige não apenas o reconhecimento dos fonemas e grafemas isoladamente, mas também a aplicação de regras contextuais.

A decodificação, por sua vez, é a habilidade de transformar os grafemas em sons e, com isso, formar palavras reconhecíveis. É um processo técnico, mas essencial para que o aluno possa, posteriormente, compreender o conteúdo lido. A falta de domínio dessa habilidade pode comprometer todo o desenvolvimento da leitura e da escrita.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!